

**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS****PARECER RELATIVO À PROPOSTA Nº 223/2014**

«Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 4.867,50m<sup>2</sup>, sita na Praça de Espanha, no âmbito da requalificação da zona.»

**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

Através da nº 223/2014, adiante designada por Proposta, subscrita pelo Vereador Manuel Salgado e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 21 de Maio de 2014, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa<sup>1</sup> a aprovação da desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 4.867,50m<sup>2</sup>, sita na Praça de Espanha, no âmbito da requalificação da zona.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arq<sup>a</sup>. Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e emitido parecer até 1 de Setembro de 2014, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, para o mandato 2013-17<sup>2</sup>.

**2. CONSIDERANDOS****2.1. Enquadramento**

- a. A zona da Praça de Espanha e da Avenida José Malhoa tem sido objeto de sucessivos planos e estudos de ordenamento que remontam à década de 80;
- b. Em 1990 foi aprovado um Estudo Prévio para a Praça de Espanha da autoria do Arquiteto Siza Vieira, baseado na conceção de Praça aberta, dominada por jardins, cuja implementação implicava a resolução de problemas relacionados com o estacionamento desordenado de camionagem suburbana no topo da Praça, o

<sup>1</sup> Nos termos das disposições conjugadas das alíneas k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, bem como do artigo 116º do regime jurídico da delegação de competências, ambos os regimentos aprovados no anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, da qual faz parte integrante.

<sup>2</sup> Aprovado pela deliberação nº 58/AML/2014, Assembleia Municipal de Lisboa, de 18 de Março, e publicado no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1048, de 20 Março de 2014.



aglomerado de venda ambulante e a transferência de equipamentos para outra zona da Cidade;

- c. Em face das alterações ocorridas no projeto de construção do Eixo Norte-Sul, com a criação do interface de transportes na Praça de Espanha e a perda de relevância da zona, enquanto entrada e saída da Cidade, alteraram-se os princípios que nortearam a elaboração daquele estudo, ganhando relevância, antes, a adoção de um desenho urbano focado no carácter simbólico da Praça de Espanha, com a criação de um Pólo terciário de qualidade, com valorização do espaço público;
- d. Em 1992 a Câmara aprovou o Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa, que apesar de ter servido de base ao licenciamento de alguns edifícios existentes no local, não chegou a ter eficácia legal;
- e. Através da Deliberação nº 11/CM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 569, de 13 de Janeiro de 2005, a Câmara decidiu reformular a totalidade do Plano de Pormenor da Praça de Espanha e Avenida José Malhoa, aprovando os respectivos termos de referência;
- f. Através da Deliberação nº 203/CM/2005 de 27 de Abril, a Câmara aprovou ampliar os limites do Plano de Pormenor da Praça de Espanha e Avenida José Malhoa;
- g. Em 2006 foi apresentada uma nova proposta assente na prevalência de espaços verdes, sem contudo pôr em causa os direitos de construção das entidades proprietárias de terreno no local;
- h. No entanto, em face da alteração do contexto urbanístico em que foi definida a área de intervenção do Plano de Pormenor da Praça de Espanha e da Avenida José Malhoa, através da Deliberação nº 563/CM/2008, a Câmara deliberou revogar a Deliberação nº 11/CM/2005, de 5 de Janeiro de 2005 e 203/CM/2005 de 27 de Abril de 2005 e dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa, aprovando os respetivos termos de referência;
- i. Com vista à reformulação da área da Praça de Espanha, a Câmara aprovou, em reunião de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito da proposta nº 935/2012, delimitar a Unidade de Execução da Praça de Espanha para efeitos de submissão a discussão pública;
- j. Tendo já decorrido o período de discussão pública e com base na ponderação das participações apresentadas nessa sede, foram elaborados os Termos de Referência da Delimitação da Unidade de Execução da Praça de Espanha, cujo documento se junta como Anexo I e cujos termos aqui se dão por integralmente reproduzidos;
- k. A delimitação desta Unidade de Execução propõe a execução de operações urbanísticas associadas à reconfiguração viária e demais infraestruturas da área de

intervenção, com os objetivos programáticos previstos nos citados Termos de Referência;

- l. Relativamente às parcelas de terreno de que o Município é proprietário se constata a existência de parcelas afectas ao domínio público, como é o caso da parcela com a área de 4.867,50 m<sup>2</sup>, identificada com o n.º 39 na Planta de Cadastro de Novembro de 2012 (cfr. Anexo II, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- m. Esta parcela identificada com o n.º 39 provém de um antigo leito de via pública que já não está ao serviço directo e imediato do público e que, por isso mesmo, deverá ser objeto da competente e necessária desafectação para o domínio privado do Município.

## **2.2. Análise da proposta e dos respectivos documentos de suporte**

- a. Com vista à reformulação da área da Praça de Espanha, a Câmara aprovou, em reunião de 19 de dezembro de 2012, no âmbito da proposta n.º 935/2012, delimitar a Unidade de Execução da Praça de Espanha para efeitos de submissão a discussão pública;
- b. Tendo já decorrido o período de discussão pública e com base na ponderação das participações apresentadas nessa sede, foram elaborados os Termos de Referência da Delimitação da Unidade de Execução da Praça de Espanha;
- c. A delimitação desta Unidade de Execução propõe a execução de operações urbanísticas associadas à reconfiguração viária e demais infraestruturas da área de intervenção, com os objetivos programáticos previstos nos citados Termos de Referência;
- d. Relativamente às parcelas de terreno de que o Município é proprietário se constata a existência de parcelas afectas ao domínio público, como é o caso da parcela com a área de 4.867,50 m<sup>2</sup>;
- e. Esta parcela identificada com o n.º 39 provém de um antigo leito de via pública que já não está ao serviço directo e imediato do público e que, por isso mesmo, deverá ser objecto da competente e necessária desafectação para o domínio privado do Município;

## **3. CONCLUSÕES**



A apreciação da proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no artigo 75º do Regimento para a emissão de parecer.

Face ao anteriormente exposto, e cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, conclui-se que a Proposta está em condições de ser votada em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa.

Os grupos políticos municipais, subscritores do presente parecer, reservam para o plenário a expressão do seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade

Lisboa, 1 de Setembro de 2014

A Deputada Relatora

- Luísa Aldim -

A Presidente da Comissão

- Irene Lopes -